

## CORREIO POLÍTICO

POR  
RUDOLFO LAGO

Instagram/@carolinedetoni



Os preteridos se uniram contra a chapa pura catarinense

Resposta catarinense  
à chapa pura do PL

Como temos dito aqui no Correio Político, a tendência do PL de formar chapas puro-sangue para o Senado nos estados pode acabar virando um tiro pela culatra. Como declarou o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foi feito um acerto no partido pelo qual Valdemar definiria as candidaturas e alianças para governador e a palavra final para o Senado seria do ex-presidente Jair Bolsonaro. Resulta que, então, mais e mais escolhas têm sido de chapas exclusivamente do PL, e de bolsonaristas declarados. No caso, o propósito é claro. Bolsonaro quer ter a garantia de eleger ao máximo uma bancada grande e fiel a ele, capaz de aprovar processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

## Bolsonaro quer reverter condenação

Ou, até mais do que isso: obter condições políticas para reverter a sua condenação. O que seria possível caso saia vencedor da eleição presidencial seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Flávio concederia o indulto, e o Senado criaria as condições para tentar limitar uma reação do Supremo. Ainda que a decisão tomada na prisão domiciliar de Bolsonaro o proíba de receber políticos, todos sabem que há diversos possíveis caminhos paralelos.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Amin será candidato único ao Senado na chapa

## Puros-sangue limitam alianças

O problema de todo esse cálculo em torno das chapas puro-sangue não levaram em conta a famosa máxima de Garrincha: ninguém combinou "com os russos". As chapas do PL limitam a possibilidade de alianças. E é tolice imaginar que os preteridos aceitariam isso pacificamente. Ainda que tal situação não os leve a apoiar um adversário de Flávio Bolsonaro na disputa presidencial – e, dada a polarização, o adversário seria o presidente Lula –, o jogo político é nos estados. Alguém escanteado na chapa do PL irá naturalmente buscar uma alternativa.

## SC uniu PSD, MDB e Federação

Acompanhado de perto por aqui, aconteceu em Santa Catarina o que apontávamos que aconteceria. A chapa pura do PL tendo o governador Jorginho Mello candidato à reeleição com Carlos Bolsonaro e a deputada federal Caroline de Toni como os nomes para o Senado uniu em chapa contrária o PSD, o MDB e a Federação União Progressista.

## Só o Novo

Só o Novo, que ficará com o cargo de vice-governador, dado ao prefeito de Joinville, Adriano Silva, une-se à chapa de Jorginho Mello. E todos aqueles que o governador tinha prometido espaço e, no final traiu, unem-se agora em chapa contrária. Como são políticos conservadores, isso vai dividir votos.

## Amin

A chapa formada parece primeiro um desagravo ao senador Esperidião Amin, que foi chutado por Jorginho Mello, que havia prometido a ele que uma das vagas seria sua para disputar a reeleição. Em vez de dois nomes, a chapa PSD/União/Federação lançará somente Amin para o Senado, concentrando nele.

## MDB

E, aí, abriga também o MDB, o outro preterido na opção raiz de Jorginho Mello. Os emedebistas ficarão com a vice. Os nomes cotados são o deputado federal Carlos Chiodini ou o deputado estadual Antídio Luneli. Assim como tinha com Amin, Jorginho Mello também tinha compromisso de dar a vice ao MDB.

## Chapecó

Na cabeça de chapa, como candidato a governador, o prefeito de Chapecó, João Rodrigues, do PSD. Poderia ser um caminho para abrir uma janela de apoio à tentativa do PSD de ter um nome alternativo na corrida presidencial. Talvez não chegue a tanto. Mas complica um caminho fácil para Carlos Bolsonaro e Caroline de Toni.

## Décio Lima

Até porque não devem ser descartadas as chances do presidente do Sebrae, Décio Lima, o candidato do PT. Real Time Big Data de 15 de dezembro o mostrava empatado, em 14%, com Amin. E os dois não muito distantes de Carlos Bolsonaro (que tinha 21%) e de Caroline de Toni (com 18%).

## No DF

Como mostramos aqui na quinta, cálculos semelhantes estão sendo feitos pela esquerda no DF, com a confusão em torno da situação do governador que sai, Ibaneis Rocha (MDB), e da governadora que entra, Celina Leão (PP), com a chapa pura para o Senado com Michelle Bolsonaro e Bia Kicis.



Destino de Alckmin é uma das incógnitas

## Semana decisiva para o tabuleiro de 2026

## Prazo de desincompatibilização termina no sábado

Por Beatriz Matos

A próxima semana será daquelas em que o silêncio do plenário engana. Com o Congresso esvaziado, Brasília deve funcionar mais nos bastidores do que no painel eletrônico.

A Câmara cancelou as sessões deliberativas da semana, e no Senado a previsão é de atividades apenas até terça-feira (31). O único compromisso já previsto na Câmara é a sessão solene de quarta-feira (1º), em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

## Desincompatibilização

O esvaziamento não ocorre por acaso. Ele coincide com a reta final da janela partidária, período em que parlamentares podem trocar de legenda sem risco de perder o mandato, e com a contagem regressiva para a desincompatibilização.

Na prática, a semana entre 30 de março e 4 de abril deve ter menos debate público e mais costura reservada. É quando palanques começam a ganhar contorno mais claro, disputas regionais são destravadas e o governo precisa decidir, quase de uma vez só, quem sai e quem fica.

Pelo calendário eleitoral aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocupantes de determinados cargos públicos que pretendem disputar as eleições de outubro precisam se afastar até 4 de abril.

A regra alcança, entre outros, ministros de Estado, governadores, prefeitos, magistrados, integrantes de tribunais de contas e dirigentes de empresas públicas. Quem descumprir o prazo pode se tornar inelegível.

É por isso que a semana deve ser forte em anúncios políticos. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) já indicou que deixará o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços no dia 2 de abril, dentro do prazo de desincompatibilização, embora permaneça na Vice-Presidência. O movimento alimenta a expectativa sobre qual papel ele terá na chapa governista.

No mesmo calendário, o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE), também deve deixar o cargo em 2 de abril, com o nome ainda circulando para disputas no Ceará.

Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS), indicou que pretende se afastar até o fim de março, em meio à articulação para disputar o Senado pelo estado de São Paulo.

Outros nomes seguem sem data oficialmente cravada, mas pressionados pelo mesmo prazo. É o caso do ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), que articula candidatura ao Senado, e da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-PR), cotada para a disputa do Senado no Paraná.